

# **EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL SEGUNDO A NBC T 15: UM ESTUDO SOBRE AS EMPRESAS DOS SETORES DE ALIMENTOS, ENERGIA ELÉTRICA, MADEIRA E TRANSPORTES, LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3\***

Júlio César de Lima Araujo\*\*

Márcia Bianchi\*\*\*

## **RESUMO**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, por meio da Resolução 1.003, de agosto de 2004, a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que tem por objetivo estabelecer procedimentos a fim de evidenciar as informações de natureza social e ambiental. O objetivo deste estudo é verificar, de acordo com a norma NBC T 15, as informações socioambientais divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas dos setores de alimentos, energia elétrica, madeira e transportes, listadas no segmento de Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e documental, em que os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Observou-se que os itens de maior aderência aos indicadores internos pelas empresas pesquisadas foram: “gastos com capacitação e desenvolvimento profissional”; “total de empregados no fim do exercício”, “total de estagiários no fim do exercício”, “total de empregados terceirizados” e “total de empregados por sexo”. Com relação aos indicadores externos, os itens que obtiveram maior aderência foram: “educação, exceto ambiental”, “cultura”, “esporte e lazer”, “número de reclamações atendidas diretamente pela entidade” e “ações empreendidas para sanar ou minimizar as causas das reclamações” e “investimentos e gastos com a manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente”. Constatou-se, ainda, que, embora a norma esteja em vigor há 14 anos, a sua adesão pelas empresas ainda não acontece de forma completa. Logo, a incomparabilidade nos relatórios de sustentabilidade e a falta de obrigatoriedade da divulgação das informações socioambientais contribuem para que informações importantes não sejam evidenciadas.

**Palavras-chave:** Evidenciação Socioambiental. NBC T 15. Sustentabilidade.

## **ENVIRONMENTAL DISCLOSURE ACCORDING TO NBC T 15: A STUDY ON COMPANIES IN THE SECTORS OF FOOD, ELECTRICITY, WOOD AND TRANSPORT, LISTED ON THE NOVO MERCADO OF B3**

### **ABSTRACT**

The Federal Accounting Council (CFC) approved, through Resolution 1.003, August 2004, NBC T 15 - Information of a Social and Environmental Nature, whose purpose is to establish

---

\* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

\*\* Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (julioo.araujo1992@gmail.com).

\*\*\* Orientadora. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS e do PPGCONT-UFRGS. (marcia.bianchi@ufrgs.br).

procedures to evidence social and environmental information. The objective of this study is to verify, in accordance with the standard NBC T 15, the social and environmental information disclosed in the sustainability reports of companies of food, electric power, wood and transportation sectors, listed in the Novo Mercado segment of B3 (Brazil, Bolsa, Balcão). This is a qualitative, descriptive and documentary study, in which data were analyzed through content analysis. It was observed that the items with greater adherence to the internal indicators by the companies surveyed were: "expenses with training and professional development"; "Total number of employees at year-end", "total number of trainees at the end of the year", "total number of outsourced employees" and "total number of employees per sex". Regarding external indicators, the items that obtained the greatest adherence were: "education, except environmental", "culture", "sports and leisure", "number of complaints answered directly by the entity" and "actions undertaken to remedy or minimize causes complaints" and "investments and maintenance expenses in the operational processes to improve the environment". It was also found that, although the standard has been in force for 14 years, its adherence by companies has not yet taken place completely. Therefore, the incomparability in sustainability reports and the lack of mandatory disclosure of social and environmental information contribute to the lack of information that is important.

**Keywords:** Social and Environmental Disclosure. NBC T 15. Sustainability.

## 1 INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais pelo ser humano acarretou severas consequências ao meio ambiente que, por meio de modificações nas condições climáticas decorrentes do aumento no nível de poluição em rios, solos e ar, e desmatamentos florestais, resultaram na redução dos recursos naturais. Sendo assim, com o crescimento econômico e a constatação dos limites ambientais, fez-se necessária a elaboração de políticas corporativas no intuito de conciliar a atividade econômica à proteção ambiental (SEIFFERT, 2009). Dentre os fatores que impulsionaram as empresas a consolidarem políticas de gestão ambiental, estão a pressão da sociedade, bem como de investidores, fornecedores, clientes e órgãos de proteção ambiental pela evidenciação das informações relacionadas ao meio ambiente (ROSA et al., 2011).

Diante dessa nova realidade, tornou-se crescente a preocupação das empresas em relação à sua reputação perante seus *stakeholders*, o que demandou maior transparência quanto aos atos de gestão, bem como a adoção de práticas de responsabilidade social. Segundo Borger (2006), para que a dimensão socioambiental seja incorporada ao processo de gestão empresarial, é preciso que múltiplos aspectos da organização sejam amplamente discutidos, assim como uma visão integrada da entidade e das partes envolvidas. No que diz respeito aos aspectos de legitimidade, Aligleri, Aligleri e Kruglianska (2009) abordam que é necessário que sejam priorizados pelos gestores e que os mesmos não devem atentar somente a obedecer a Leis e almejar lucros, devendo satisfazer também as demandas relativas à ecologia, tratamento

igualitário de gêneros e minorias, repúdio ao trabalho infantil, saúde e segurança de seus empregados.

Salienta-se que evidenciação ambiental no Brasil possui caráter voluntário, ou seja, não há uma regulamentação que estipule a divulgação das informações ambientais (MUSSOI; VAN BELLEN, 2010). Ciente dessa deficiência o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica, a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, estabeleceu procedimentos a fim de evidenciar as informações de natureza social e ambiental e assim demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (CFC, 2004).

A evidenciação (*disclosure*) é um tema relevante para a área corporativa, pois, segundo Lanzana (2004), constitui uma das formas mais importantes de comunicação entre os gestores da organização e seus acionistas e com o mercado em geral, demonstrando a esses o desempenho obtido pela entidade. O autor acrescenta que a divulgação das informações contribui para a diminuição do conflito de assimetria da informação existente entre gestores e acionistas, capacitando-os a fim de decidirem a melhor forma de alocação de recursos e possibilidades de investimentos.

Este estudo justifica-se pelo fato de que a evidenciação das informações socioambientais no Brasil ainda é um assunto incipiente, que carece de atenção por parte das empresas e dos profissionais da contabilidade que estão diretamente envolvidos na divulgação de tais informações aos *stakeholders*. De acordo com Pires e Silveira (2008), embora a evidenciação socioambiental seja limitada pela ausência de orientações e regulamentações que visem à padronização dos procedimentos a serem adotados, a contabilidade no cumprimento de seus objetivos deve estar envolvida na geração e evidenciação de tais informações buscando refletir a relação entre empresa e meio ambiente.

Isso posto, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: *Quais as informações socioambientais divulgadas no ano de 2016 nos relatórios de sustentabilidade das empresas dos setores de alimentos, energia elétrica, madeira e transportes, listadas no segmento de Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) de acordo com a NBC T 15?*

O objetivo geral deste estudo é verificar as informações socioambientais divulgadas no ano de 2016, de acordo com a norma NBC T 15, nos relatórios de sustentabilidade das empresas dos setores de alimentos, energia elétrica, madeira e transportes, listadas no segmento de Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

Além dessa introdução, que procurou realizar uma contextualização acerca do assunto, do tema e da justificativa, o presente estudo está organizado em mais quatro seções: a Seção 2,

onde será apresentado o embasamento teórico, a Seção 3, onde serão apresentados os procedimentos metodológicos, a Seção 4, onde serão feitas a análise e a interpretação dos dados e, por fim, a Seção 5, na qual virão apresentadas as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção compreende os conceitos de responsabilidade social corporativa, gestão ambiental, evidenciação socioambiental e estudos relacionados.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

As organizações estão cada vez mais conscientes das consequências das suas ações e dos impactos gerados em sua imagem perante seus *stakeholders*. Dessa forma, a adoção de práticas de responsabilidade social visa a dirimir os impactos resultantes da atuação da empresa por meio de um conjunto de ações socioambientais (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Acerca da responsabilidade social corporativa, muitos órgãos não-governamentais surgiram com o intuito de ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma sustentável e incorporar as práticas de responsabilidade social corporativa aos seus processos gerenciais. Como exemplo disso, no Brasil, temos o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, que possui por finalidade tornar as empresas parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2018). Portanto, o Instituto Ethos (2018) ajuda as organizações a:

- 1) compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
- 2) implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável em longo prazo;
- 3) assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
- 4) demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos;
- 5) identificar formas inovadoras e eficazes para atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
- 6) prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável.

Sendo assim, o Instituto Ethos (2017) define responsabilidade social empresarial como:

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas

empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

De acordo com Chandler e Werther Jr. (2014), a responsabilidade social corporativa (RSC) engloba a relação constituída entre as organizações e as sociedades com quais elas mantêm interação, portanto define a sociedade em sua forma mais abrangente e em diversos níveis, incluindo todos os interessados e grupos que possuem interesse contínuo nas operações desenvolvidas pelas empresas.

No que se refere à responsabilidade social, as ações das empresas não repercutem somente em seus sócios e acionistas, mas também num conjunto maior de interessados tais como empregados, clientes, consumidores em potenciais, fornecedores, investidores, governo e a comunidade em geral, o que leva à percepção de que a busca pela confiança social faz com que as empresas atentem para os posicionamentos assumidos diante de seus trabalhadores, consumidores e sociedade em geral (MORAES FILHO, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Tachizawa (2004) aborda que a organização quanto ao aspecto da responsabilidade social deve manter uma postura socialmente responsável, baseada em satisfazer a sociedade e atender aos seus requisitos sociais, econômicos e culturais. Diante disso, a responsabilidade social integra-se ao conceito de responsabilidade corporativa, ou seja, ao estabelecimento das relações contratuais e institucionais, bem como das medidas tomadas pelas empresas a fim de atender às demandas e aos interesses de todos os envolvidos, portanto está cada vez mais relacionada à gestão das empresas no que diz respeito às questões ambientais, assegurando assim o sucesso e a sustentabilidade dos negócios.

### **2.1.1 Gestão Ambiental**

Para uma melhor contextualização acerca da evidenciação socioambiental, é imprescindível o entendimento da gestão ambiental. Segundo Freitas e Oleiro (2011, p. 70) “gestão ambiental é toda a ação desenvolvida pela organização com a finalidade de minimizar ou até mesmo eliminar a ação decorrente das suas atividades operacionais que degradam o meio ambiente”.

Ribeiro (2010) descreve a gestão ambiental como um conjunto de rotinas e procedimentos os quais permitem que a organização administre de forma adequada as relações entre as suas atividades e o meio ambiente no qual elas estão inseridas, possui como objetivo o atendimento das disposições legais aplicáveis às fases de produção e descarte final, observando

assim de forma permanente todos os parâmetros legais, além de manter procedimentos preventivos e proativos no que diz respeito aos aspectos e efeitos ambientais das atividades, produtos, serviços e aos interesses e expectativas das partes interessadas.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011, p. 89) gestão ambiental “[...] é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ao controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.”.

Na visão de Dias (2011, p. 102) gestão ambiental é:

[...] o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável. O processo de gestão ambiental nas empresas está profundamente vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas (prefeituras, governos estaduais e federais) sobre o meio ambiente. Essas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definem em que condições serão despejados os resíduos, proíbem a utilização de substâncias tóxicas, definem a quantidade de água que pode ser utilizada, volume de esgoto que pode ser lançado etc.

Diante disso, segundo Ferreira (2009) o processo de gestão ambiental, quanto ao desenvolvimento sustentável, leva em consideração diversas variáveis, dentre as quais estão: o estabelecimento de políticas, planejamento, a forma com que os recursos são alocados, determinação de responsabilidades, controle, coordenação, entre outros. Ainda segundo Ferreira (2009), o maior desafio a ser enfrentado pelas empresas, no que tange ao desenvolvimento sustentável, relaciona-se ao fato de que para garantir a proteção ambiental muitas delas terão que deixar de produzir determinados produtos ou incorrer em altos custos a fim de produzi-los sem afetar o meio ambiente, tornando-os caros e sem condições de serem adquiridos pelos consumidores. Nesse sentido, Moraes Filho (2009) caracteriza a gestão ambiental como um instrumento gerencial capaz de capacitar e criar condições de competitividade nas organizações, nos mais variados segmentos.

Sendo assim, os instrumentos de gestão ambiental visam à melhoria da qualidade dos processos utilizados pelas empresas a fim de garantir que se tenha o menor impacto possível sobre o meio ambiente, assim, as empresas que adotam a gestão ambiental em seus processos adquirem maior notoriedade perante o mercado, facilitando negociações, abrindo novas oportunidades de investimentos e aumentando o valor da empresa.

## 2.2 EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A evidenciação socioambiental tem como intuito demonstrar à sociedade as devidas ações tomadas pelas organizações a respeito do meio ambiente e das questões sociais. No Brasil, essa divulgação ainda possui caráter voluntário, ou seja, não há nenhuma legislação que estipule a sua obrigatoriedade.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999) o nível de divulgação está estritamente relacionado à forma com que as informações são divulgadas, pois devem seguir um padrão desejável e ser evidenciadas de forma adequada, justa e completa. Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através do pronunciamento CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), as informações divulgadas nos relatórios contábeis para serem úteis na tomada de decisão de seus usuários devem conter certas características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade).

Quanto às características qualitativas fundamentais, o CPC 00 (R1) (2011) retrata:

- a) relevância: “[...] é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.” (CPC 00 (R1), 2011 p. 15);
- b) representação fidedigna: é aquela que representa o fenômeno econômico com fidedignidade na forma de palavras e números. Para que a representação seja fidedigna, ela precisa conter três atributos, ou seja, precisa ser completa, neutra e livre de erro (CPC 00 (R1), 2011).

Já, as características qualitativas de melhoria:

- a) comparabilidade: “[...] é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.” (CPC 00 (R1), 2011 p. 17);
- b) verificabilidade: característica que assegura aos usuários que as informações apresentem de forma fidedigna o fenômeno econômico (CPC 00 (R1), 2011);
- c) tempestividade: “[...] significa ter a informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.” (CPC 00 (R1), 2011 p. 18);
- d) compreensibilidade: é “Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão [...]” (CPC 00 (R1), 2011 p.18).

Percebe-se nas informações que apresentam essas características uma maior relevância e transparência quanto aos fatos evidenciados, o que faz com que a decisão a ser tomada pelo usuário esteja pautada em dados que representem a realidade do fato econômico, vindo a ser uma ferramenta útil na otimização da estratégica da empresa no que tange ao ambiente de negócios.

Quanto aos aspectos ambientais, percebeu-se uma maior exigibilidade por parte dos *stakeholders*, clientes e sociedade em geral por medidas sustentáveis que visem a uma melhor gestão dos recursos naturais. Nesse contexto, de acordo com Araujo, Carvalho e Castro (2013, p. 5):

A exigência de organizações empresariais mais competitivas é uma realidade cada vez maior com o aprofundamento da globalização e com a revolução nos meios de transporte e comunicação. Ante a esse cenário fez-se necessário que as empresas buscassem se adaptar à concorrência global, buscando o desenvolvimento de modo a garantir sua sobrevivência e liderança no mercado.

A preocupação com o meio ambiente, surgida há algumas décadas e decorrente dos acontecimentos envolvendo crimes ambientais, tem deixado de ser uma inquietação apenas dos cientistas e ambientalistas, tornando-se um desafio que envolve tanto o governo quanto a iniciativa privada na elaboração de estratégias capazes de atenuar os impactos ambientais causados pelas organizações (NOSSA, 2002). Quanto a isso Ribeiro (2010, p. 45) destaca que o objetivo da contabilidade ambiental é “[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam de acordo com a proteção, preservação, e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade.”.

Dessa forma, notou-se um aumento no nível da evidenciação das informações socioambientais pelas empresas devido à preocupação em serem vistas como sustentáveis pela sociedade e no ambiente em que desenvolvem suas atividades (SAMPAIO et al., 2012). Faz-se jus a utilização de relatórios mais específicos, tais como os de sustentabilidade, que visem assim a evidenciar as informações relativas a gastos ambientais e investimentos no controle dos impactos ambientais, gerados nas atividades de atuação das empresas, fazendo assim, posteriormente a comunicação às partes interessadas (fornecedores, clientes, investidores etc.).



### 2.2.1 *Global Reporting Initiative (GRI)*

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização não-governamental, fundada em 1997 em Boston, nos Estados Unidos, por meio de uma ação conjunta da *Coalizition for Environmentally Responsible (CERES)* e do PNUMA. Possui por maior objetivo auxiliar as empresas e governos de todo mundo a compreenderem e comunicarem seus impactos relacionados às questões críticas no âmbito da sustentabilidade, que envolvem assuntos como: as mudanças climáticas, direitos humanos, governança corporativa e bem-estar social. Nesse sentido, a comunicação de tais impactos ambientais se dá por meio da elaboração de relatórios de sustentabilidade que fornecem subsídios necessários quanto aos aspectos socioambientais (GRI, 2018).

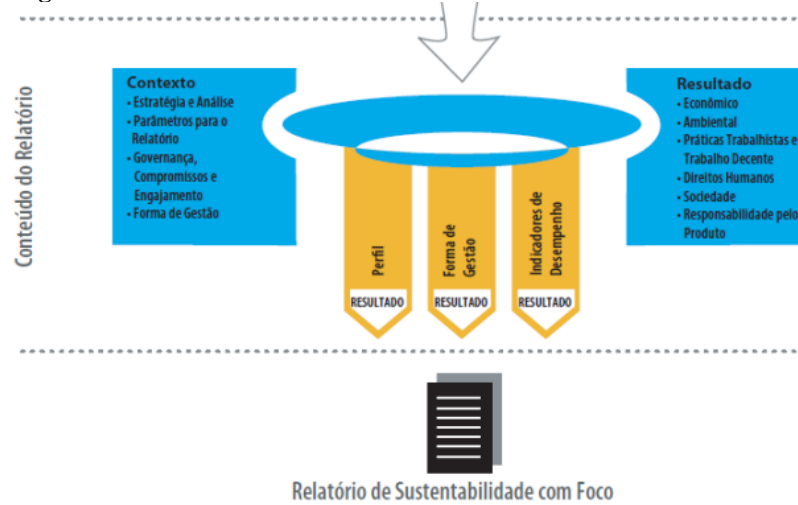
A Instituição define relatório de sustentabilidade como um relatório em que as empresas realizam a publicação dos impactos econômicos, ambientais e sociais causados por suas atividades. Eles servem de auxílio para que as organizações possam medir, compreender, e comunicar o seu desempenho econômico, ambiental e de governança, e posteriormente, estabelecer metas e conduzir as mudanças de forma eficaz (GRI, 2018).

Segundo a GRI (2011), os relatórios de sustentabilidade baseados em seu modelo devem seguir uma estrutura padrão dividida em:

- a) perfil: essas informações fornecem um contexto geral para que seja possível a compreensão relativa a desempenho organizacional, estratégia, perfil e governança da empresa;
- b) informações sobre a forma de gestão: são os dados que possuem por objetivo explicitar o contexto no qual deve ser feita a interpretação sobre o desempenho da organização em determinado período de tempo;
- c) indicadores de desempenho: elucidam as informações referentes ao desempenho econômico, ambiental e social, sendo tais informações passíveis de comparação.

A visão geral dos relatórios GRI, quanto ao seu conteúdo, é apresentada na Figura 1.

**Figura 1 - Visão Geral do Conteúdo da GRI**



Fonte: Diretrizes GRI (2011, p. 19).

As diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade segundo o *Global Reporting Initiative* (2006, p. 03) “[...] consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas.”. Por conseguinte, elas estão baseadas em três dimensões inter-relacionadas da sustentabilidade:

- dimensão econômica: “[...] se refere aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em nível local, nacional e global.” (GRI, 2006 p. 26);
- dimensão ambiental: “[...] se refere aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água.” (GRI, 2006 p. 27);
- dimensão social: “[...] se refere aos impactos da organização nos sistemas nos quais opera.” (GRI, 2006 p. 30).

Para melhor entendimento dos conceitos abordados acima, apresenta-se o Quadro 1:

**Quadro 1 - Categorias e aspectos das diretrizes**

<b>Categoria</b>	<b>Econômica</b>	<b>Ambiental</b>
<b>Aspectos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desempenho Econômico</li> <li>• Presença no Mercado</li> <li>• Impactos Econômicos Indiretos</li> <li>• Práticas de Compra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materiais</li> <li>• Energia</li> <li>• Água</li> <li>• Biodiversidade</li> <li>• Efluentes e Resíduos</li> <li>• Produtos e Serviços</li> <li>• Conformidade</li> <li>• Transportes</li> <li>• Geral</li> <li>• Avaliação Ambiental de Fornecedores</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais</li> </ul>
<b>Categoria</b>	<b>Social</b>	
<b>Subcategorias</b>	<b>Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente</b>	<b>Direitos Humanos</b>
<b>Aspectos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego</li> <li>• Relações Trabalhistas</li> <li>• Saúde e Segurança no Trabalho</li> <li>• Treinamento e Educação</li> <li>• Diversidade e Igualdade de Oportunidades</li> <li>• Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres</li> <li>• Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento</li> <li>• Não Discriminação</li> <li>• Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</li> <li>• Trabalho Infantil</li> <li>• Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</li> <li>• Práticas de Segurança</li> <li>• Direitos Indígenas</li> <li>• Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos</li> </ul>
<b>Subcategorias</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Responsabilidade pelo Produto</b>
<b>Aspectos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades Locais</li> <li>• Combate a Corrupção</li> <li>• Políticas Públicas</li> <li>• Concorrência Desleal</li> <li>• Conformidade</li> <li>• Avaliação dos Fornecedores em Impactos na Sociedade</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e Segurança do Cliente</li> <li>• Rotulagem de Produtos e Serviços</li> <li>• Comunicações de Marketing</li> <li>• Privacidade do Cliente</li> <li>• Conformidade</li> </ul>

Fonte: Adaptado de GRI (2015, p. 09).

De acordo a *Global Reporting Initiative* (2015, p. 5), “As diretrizes são desenvolvidas por meio de um processo que envolve diversos *stakeholders*, entre os quais representantes de empresas, trabalhadores, sociedade civil e mercados financeiros, auditores e especialistas em diversas áreas.”. Conforme Costa (2012), tais diretrizes promovem um enquadramento na apresentação dos relatórios de sustentabilidade, o que contribui para que seja possível a comparação entre diferentes tipos de organizações.

Os relatórios de sustentabilidade podem trazer inúmeros benefícios às organizações que os utilizam os quais, segundo a *Global Reporting Initiative*, podem ser internos e externos.

Os benefícios internos fazem com que a empresa tenha maior compreensão de seus riscos e oportunidades; enfatizam a relação entre o desempenho financeiro e não financeiro; influenciam a longo prazo os planos de negócios, estratégias e políticas de gestão; simplificam os processos, reduzindo os custos e melhorando assim a eficiência; proporcionam um padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade no que concerne aos aspectos relacionados à legislação, normas, códigos, iniciativas voluntárias e padrões de desempenho; evitam o envolvimento em falhas ambientais, sociais e de governança; comparam o desenvolvimento interno e entre organizações e setores diferentes.

Já os benefícios externos proporcionam a mitigação e/ou reversão dos impactos ambientais, sociais e de governança que afetem a organização negativamente; a melhora da reputação e da fidelidade à marca permitem que as partes relacionadas possam compreender o verdadeiro valor da empresa, bem como de seus ativos tangíveis e intangíveis, demonstram como a empresa influencia e é influenciada perante as expectativas acerca do desenvolvimento sustentável.

O relatório de sustentabilidade após ser finalizado, já tendo obedecido a todos os critérios estabelecidos pela GRI, deverá ter o seu nível de aplicação da estrutura declarado pelos relatores. Isso faz com que os mesmos tenham uma melhor visão acerca das possibilidades de tal aplicação ao longo do tempo (CORREA et al., 2012).

Sendo assim, os relatórios de sustentabilidade elaborados nos padrões GRI possibilitam uma sólida avaliação do desempenho da organização, oferecendo suporte para que a melhoria do desempenho aconteça de forma contínua ao longo do tempo. Além disso, servem como aliados na melhoria dos processos organizacionais e na tomada de decisão por parte dos *stakeholders*.

### **2.2.2 NBC T 15**

A evidenciação ambiental no Brasil ainda possui caráter voluntário, ou seja, não há nenhuma legislação que imponha a obrigatoriedade da divulgação das informações ambientais. Como observado por Sousa, Bueno e Alves (2013), essa falta de obrigatoriedade faz que não exista um padrão na divulgação voluntária a ser seguido pelas empresas, o que torna mais difícil a comparação entre elas, diminui a confiabilidade das informações e incentiva a apresentação de um maior número de informações positivas comparadas às negativas.

Visando à melhora desse cenário, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, por meio da Resolução nº 1.003, de agosto de 2004, a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, apresentada no Anexo A. Essa resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006 e objetiva estabelecer procedimentos a serem seguidos pelas empresas com o intuito de evidenciar as informações de natureza social e ambiental e demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (CFC, 2004).

De acordo com o item 15.1.2 da NBC T 15 (CFC, 2004, p. 3), entende-se por informação de natureza sócio ambiental:

- a) a geração e distribuição de riquezas;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo; e
- d) a interação com o meio ambiente.

Conforme o último indicador 15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente (CFC, 2004, p. 7), nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e
- h) passivos e contingências ambientais.

### 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

O estudo de Vieira e Faria (2007) procurou analisar se as maiores empresas por faturamento do setor de alimentos e bebidas evidenciaram, de forma adequada, as suas informações de cunho social. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental com base em um

*checklist*, que foi elaborado a partir da NBC – T 15 do Conselho Federal de Contabilidade, no intuito de averiguar o nível de evidenciação das informações de responsabilidade social. Foram selecionadas 14 empresas, que publicaram suas demonstrações contábeis no ano de 2005. Os resultados revelaram que 5 empresas demonstraram um conceito péssimo; 4 empresas apresentaram ótimo conceito quanto às informações de responsabilidade social; e as demais obtiveram conceito bom ou regular. Embora haja escassez de normas acerca da responsabilidade social e pouca clareza na divulgação das informações, os autores puderam concluir que as empresas demonstraram preocupação com a questão social.

O estudo de Rover; Borba, e Murcia (2009) procurou identificar as características do *disclosure* voluntário nas empresas brasileiras, para isto analisou as Demonstrações Financeiras Padronizadas e os Relatórios de Sustentabilidade de 2005 a 2007 das empresas de capital aberto com ações listadas na Bovespa, pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Os resultados demonstram que nos 3 anos, as 57 empresas evidenciaram 6.182 sentenças ambientais, sendo 73% divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade e 27% nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, sendo que a maior parte da evidenciação é declarativa, do tipo positiva e com referência temporal não especificada. Os autores concluíram que a pesquisa corrobora a Teoria da Divulgação Voluntária, já que as empresas evidenciaram poucas informações negativas a respeito de suas políticas ambientais.

O estudo de Faria e Pereira (2009) teve por objetivo verificar, por intermédio de pesquisa documental e técnica de análise de conteúdo, as informações socioambientais das maiores empresas do setor de papel e celulose no período de 2006 a 2008. Foi analisado se as empresas estavam evidenciando as suas informações de caráter ambiental de acordo com a NBC T15. Quanto aos resultados do estudo, chegou-se à conclusão que as empresas RIGESA, RIPASA e SANTHER apresentaram um nível ruim de evidenciação; enquanto a KLABIN obteve um nível ótimo quanto à sua evidenciação, a CENIBRA apresentou um nível regular e as outras empresas pesquisadas apresentaram um nível bom. Das empresas analisadas, notou-se que a SUZANO teve maior evidenciação quanto aos termos pesquisados, já as empresas RIGESA, RIPASA e SANTHER não evidenciaram os termos pesquisados. O termo que apresentou maior frequência foi “reponsabilidade social” com 70,5%, seguido dos termos “responsabilidade socioambiental” que obtiveram 28,3%, o termo menos evidenciado nos relatórios analisados foi “custo (s) ambientais”, citado pelas empresas INTERNACIONAL PAPER e VCP, com 1,3%. Sendo assim conclui-se neste estudo, que os relatórios ou *websites* analisados carecem de informações quantitativas de caráter socioambiental, irrelevantes em algumas empresas.

O estudo de Dias et al. (2014) procurou verificar a presença do processo isomórfico nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas do setor de mineração com o intuito de analisar o nível de semelhança existente na evidenciação de tal informação. Utilizou-se o método estabelecido por Sampaio et al. (2012), que contempla os quatro grupos de indicadores inter-relacionados com os procedimentos estabelecidos na NBC T 15, nas recomendações dos Institutos Ethos e IBASE e nas diretrizes estabelecidas pelo *Global Reporting Initiative* (GRI). Foram analisados dez relatórios anuais e de sustentabilidade dos anos de 2009 e 2012. Os resultados encontrados pelos autores permitiram identificar aumento na evidenciação das informações socioambientais para o período estipulado, reforçando assim o pressuposto da Teoria da Legitimidade e o processo isomórfico quanto à evidenciação de tais informações.

O estudo de Degenhart (2015) teve por objetivo avaliar o grau de evidenciação dos impactos ambientais declarado nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Anuais das empresas brasileiras listadas no IBrX-100 da BM&FBovespa. Nos resultados do estudo, constatou-se que, em relação à divulgação de informações, as empresas analisadas divulgaram mais Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Anuais no ano de 2012, entretanto a divulgação se deu em maior número no Relatório de Sustentabilidade. Verificou-se também que poucas empresas do total da amostra fazem uso destes relatórios e até mesmo dos dois relatórios em um mesmo arquivo, para evidenciar as informações ambientais. Já nos anos de 2010 a 2012, foi evidenciado um aumento na divulgação ambiental, bem como na preocupação das empresas em divulgarem suas ações no intuito de auxiliar na diminuição dos impactos causados ao meio ambiente por meio de suas atividades nos relatórios, no entanto em 2013 constatou-se diminuição na evidenciação ambiental.

Mello, Hollnagel e Cei (2016) verificaram o grau de evidenciação de informações de natureza ambiental de quatro empresas do setor de energia elétrica listadas no ISE com base nos procedimentos dispostos na NBC T 15. Foram analisados os Balanços Sociais, Relatórios de Sustentabilidade (RS), Relatórios Anuais e os Relatórios da Administração do período de 2006 até 2014, sendo assim constatou-se que o *disclosure* das companhias é realizado de forma parcial. Quanto aos resultados, verificou-se a existência de variação no nível de informações de natureza ambiental evidenciadas no tipo de elemento de divulgação e um aumento significativo da evidenciação ambiental ao longo do período de 2006 a 2014.

O estudo de Soares e Santos (2016) procurou verificar o nível em que as empresas do setor de papel e celulose, listadas na BM&FBovespa, no período de 2011 a 2014, estavam atendendo às recomendações da NBC T 15. As informações analisadas foram coletadas nas DVAS, nas notas explicativas, nos relatórios da administração e nos relatórios de

sustentabilidade. Constatou-se que o índice de aderência à norma pelas empresas é baixo e que houve uma redução na quantidade dos itens divulgados no período de 2011 a 2014. Os autores concluíram que a comparação das informações divulgadas pelas empresas foi dificultada pela falta de padronização das mesmas e que a não obrigatoriedade da evidência das informações de cunho social e ambiental faz com que informações importantes não sejam divulgadas.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No presente estudo, a tipologia quanto à abordagem do problema classificou-se como qualitativa. Segundo Raupp e Beuren (2014, p. 92) “A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo [...]”. Esse estudo é qualitativo porque procurou verificar quais informações socioambientais foram divulgadas pelas empresas constituintes da amostra analisada.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi considerada como descritiva. Segundo Gil (2010, p. 28) “As pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esse estudo classifica-se como descritivo, pois procurou descrever quais informações socioambientais foram divulgadas pelas empresas, de acordo com a norma NBC T 15.

No tocante aos procedimentos, a pesquisa se classificou como documental. Martins e Theóphilo (2007, p. 85) “explicam que a pesquisa documental busca material que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, propostas, relatórios, estudos, avaliações etc.”. O estudo configura-se como documental porque utilizou como fontes de dados para análise os relatórios de sustentabilidade.

A população da pesquisa foi composta por 41 empresas, das quais foram selecionadas apenas as que pertencem ao seguimento de listagem da B3 denominado de Novo Mercado e que apresentavam no seu relato a informação de seguir as premissas do IIRC no ano de 2016. Com isso a amostra compreende 8 empresas (Quadro 2).



**Quadro 2 – Amostra do estudo**

<b>ID*</b>	<b>Empresa</b>	<b>Setor</b>
1	BRF S.A	Alimentos
2	M.DIAS Branco S.A. Ind Com de Alimentos	Alimentos
3	EDP – Energias do Brasil S.A.	Energia Elétrica
4	Engie Brasil Energia S.A.	Energia Elétrica
5	Light S.A	Energia Elétrica
6	Duratex S.A	Madeira
7	CCR S.A	Transportes
8	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A	Transportes

Nota: \*ID: Identificação da empresa.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

Para a coleta dos dados, foi elaborado um *checklist* levando em consideração as diretrizes contidas na NBC T 15 quanto às informações socioambientais. Já na análise dos dados, utilizou-se como técnica a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011, p. 37), “[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.”. Ainda, segundo o autor, a análise de conteúdo se estrutura em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos resultados.

A análise realizada buscou verificar se as informações contidas na norma NBC T 15 estavam sendo evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade pelas empresas que compõem a amostra deste estudo.

As informações foram subdivididas conforme a NBC T 15 em indicadores internos e externos, vindo posteriormente a ser agrupadas em categorias. Assim, as categorias pertinentes aos indicadores internos foram organizadas da seguinte forma: Geração e distribuição de riqueza; Remuneração e benefícios concedidos; Composição dos Recursos Humanos e Ações trabalhistas sendo as de Geração e distribuição de riqueza; Remuneração e benefícios concedidos. Nesse ínterim, as categorias relacionadas aos indicadores externos foram organizadas em: Interação com a comunidade – totais de investimentos; Interação com os clientes e Interação com o Meio Ambiente.

Para análise, foi considerado se a empresa, objeto de estudo, divulgou a informação. Para isso, atribuiu-se (Sim), com valor de 1, para as informações evidenciadas e (Não), com valor de 0, para as informações que não foram evidenciadas. Se a empresa informou parcialmente foi atribuído 0,5.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

O resultado desse estudo foi obtido por meio da análise de conteúdo das informações socioambientais contidas nos relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas. Tais informações são subdivididas, conforme a NBC T 15, em indicadores internos e externos.

### 4.1 INDICADORES INTERNOS

O objetivo desta seção é apresentar a evidenciação dos indicadores internos relacionados às informações socioambientais. O Quadro 3 evidencia a geração e distribuição da riqueza das empresas analisadas. Foi considerado se a empresa, objeto de estudo, divulgou a informação de acordo com a norma NBC T 15.

**Quadro 3 - Geração e distribuição de riqueza**

<b>Empresas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
BRF S.A	X	✓
M.DIAS Branco S.A. Ind Com de Alimentos	✓	X
EDP – Energias do Brasil S.A.	✓	X
Engie Brasil Energia S.A.	X	✓
Light S.A	X	✓
Duratex S.A	X	✓
CCR S.A	X	✓
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A	X	✓
<b>Total de aderência</b>	<b>25%</b>	<b>75%</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

Das empresas analisadas, constatou-se que seis empresas não divulgaram a informação de geração e distribuição de riqueza de acordo com a norma NBC T 15 (CFC, 2004), já no estudo de Faria e Pereira (2009), observou-se que, das dez empresas que constituíam a amostra, somente quatro divulgaram a informação de geração e distribuição de riqueza. Por outro lado, evidenciou-se no estudo de Soares e Santos (2016) que todas as empresas analisadas apresentaram a referida informação.

Pode-se observar que somente 25% das empresas analisadas promoveram a evidenciação da referida informação enquanto no estudo de Faria e Pereira (2009) e Soares e Santos (2016) o percentual de evidenciação foi de 40% e 100%, respectivamente. Mediante o exposto, observou-se redução na aderência à norma NBC T 15 por parte das empresas que compõem esse presente estudo.

O Quadro 4 evidencia a remuneração e os benefícios concedidos relacionados aos recursos humanos. Foi considerado se a empresa, objeto de estudo, divulgou ou não a informação.

**Quadro 4 – Remuneração e benefícios concedidos**

Item	Empresa								Aderência ao item (%)
	M. Dias	Brf	Light	Duratex	Engie	Edp	Eco Rodovias	Ccr	
Remuneração bruta dos empregados, administradores, terceirizados e autônomos	Não	Não	Não	Sim, parcialmente	Não	Sim, parcialmente	Não	Não	25
Relação entre a maior e menor remuneração dos colaboradores	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	37,5
Gastos com encargos sociais	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	37,5
Gastos com alimentação	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Gastos com previdência privada	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	37,5
Gastos com transporte	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	12,5
Gastos com saúde	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Gastos com segurança e medicina do trabalho	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Gastos com educação	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Gastos com cultura	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	62,5
Gastos com creches ou auxílio-creches	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Participação nos lucros ou resultados	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
<b>Total de aderência (%)</b>	<b>7,69</b>	<b>7,69</b>	<b>0</b>	<b>11,54</b>	<b>92,31</b>	<b>88,46</b>	<b>15,38</b>	<b>7,69</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

O item relativo aos gastos com “capacitação e desenvolvimento profissional” foi divulgado pelas empresas BRF S/A, Engie S/A, EDP S/A, EcoRodovias S/A e CCR S/A, quanto à aderência, o mesmo obteve 62,5%.

Sobre o item que aborda a relação entre a maior e a menor “remuneração dos colaboradores”, o mesmo foi apresentado pelas empresas Duratex S/A, Engie S/A e EDP S/A e obteve aderência de 37,5%, enquanto o item relacionado aos gastos “com encargos sociais” foi divulgado pelas empresas M. Dias Branco S/A, Engie S/A e EDP S/A e teve aderência de 37,5%. Já o item relacionado aos gastos com “previdência privada” foi evidenciado pelas empresas Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias S/A e obteve aderência de 37,5%.

No que se refere ao item pertinente aos “gastos com transporte”, nota-se que o mesmo foi apresentado apenas pela empresa Engie S/A e obteve 12,5% de nível de aderência.

Observa-se, ainda, que a empresa que obteve melhor nível de divulgação foi a Engie S/A com 92,31% de aderência aos itens analisados, seguida da EDP S/A com 88,46%. A empresa Light S/A não evidenciou informações quanto a indicadores internos, relacionados à remuneração e benefícios concedidos.

Os resultados desta pesquisa contrapõem aos que foram encontrados por Dias et al. (2014), que constataram a elevação na média da evidenciação quanto aos fatores relacionados à remuneração e benefícios concedidos. Nesse estudo, verificou-se que tais itens sofreram diminuição quanto à aderência das empresas que compõem a amostra analisada.

O Quadro 5 apresenta as informações relacionadas à composição dos recursos humanos. Procurou-se analisar se as empresas constituintes da amostra deste estudo evidenciaram tais informações de acordo com as diretrizes contidas na norma NBC T 15. Para isso, atribuiu-se (Sim) para as informações evidenciadas e (Não) para as informações que não foram evidenciadas.

**Quadro 5 – Composição dos Recursos Humanos**

Item	Empresa								Aderência ao item (%)
	M. Dias	Brf	Light	Duratex	Engie	Edp	Eco Rodovias	Ccr	
Total de empregados no fim do exercício	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	<b>100</b>
Total de admissões	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	<b>62,5</b>
Total de demissões	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	<b>50</b>
Total de estagiários no final do exercício	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	<b>75</b>
Total de empregados Portadores de necessidades especiais	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	<b>50</b>
Total de prestadores de serviços terceirizados	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	<b>75</b>
Total de empregados por sexo	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	<b>75</b>
Total de empregados por faixa etária, de acordo com a norma	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	<b>0</b>
Total de empregados por nível de escolaridade	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	<b>25</b>
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	<b>50</b>
<b>Total de aderência (%)</b>	<b>20</b>	<b>70</b>	<b>60</b>	<b>70</b>	<b>90</b>	<b>90</b>	<b>10</b>	<b>40</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

As informações do Quadro 5 evidenciam que, quanto ao item “total de empregados no fim do exercício”, constatou-se que todas as empresas analisadas apresentaram a referida informação. O mesmo obteve 100% de aderência. Já os itens relacionados ao “total de estagiários no final do exercício” e ao “total de prestadores de serviços terceirizados” foram apresentados pelas empresas BRF S/A, Light S/A, Duratex S/A, Engie S/A, EDP S/A e CCR S/A e obtiveram quanto ao seu nível de aderência 75%.

O item que se refere ao total de empregados por sexo foi divulgado pelas empresas M. Dias Branco S/A, BRF S/A, Duratex S/A, Engie S/A, EDP S/A e CCR S/A e obteve 75% quanto ao seu nível de aderência.

No que diz respeito ao item “total de admissões”, o mesmo foi apresentado pelas empresas BRF S/A, Light S/A, Duratex S/A, Engie S/A e EDP S/A e obteve 62,5% quando ao seu nível de aderência, enquanto o item “total de demissões” foi divulgado pelas empresas BRF S/A, Duratex S/A, Engie S/A e EDP S/A e obteve 50% no que diz respeito ao seu nível de aderência.

As empresas que obtiveram melhor nível de divulgação aos itens analisados foram a Engie S/A e a EDP S/A, ambas com 90%. Observa-se, ainda, que a empresa EcoRodovias evidenciou apenas 10% dos itens relacionados à composição dos Recursos Humanos.

Quanto às informações relacionadas aos recursos humanos, no estudo de Dias et al. (2014), as mesmas obtiveram elevação em relação à sua média, resultado esse que corrobora os encontrados nesta pesquisa e evidencia assim maior preocupação por parte das empresas quanto às questões pertinentes a recursos humanos, que estão cada vez mais sendo cobradas pela sociedade.

O Quadro 6 apresenta as informações relacionadas às ações trabalhistas. Analisou-se se as referidas informações foram evidenciadas pelas empresas que constituem este estudo, para isto atribui-se (Sim) para as informações divulgadas e (Não) para as informações não divulgadas.

**Quadro 6 – Ações Trabalhistas**

Item	Empresa								Aderência ao item (%)
	M. Dias	Brf	Light	Duratex	Engie	Edp	Eco Rodovias	Ccr	
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	25
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	25
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	12,5
Total das multas e indenizações pagas por determinação da Justiça	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	12,5
<b>Total de aderência (%)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

Observa-se, por meio do Quadro 6, que os itens “número de processos trabalhistas movidos contra a entidade” e “número de processos julgados procedentes” foram apresentados pelas empresas Duratex S/A e Engie S/A e obtiveram 25% quanto ao seu nível de aderência.

Constatou-se que a empresa com o melhor nível de evidenciação foi a EDP Brasil S/A com 100% de aderência aos itens analisados. Os resultados encontrados corroboram os do estudo de Soares e Santos (2016), no qual houve queda na evidenciação quanto às ações trabalhistas.

Com relação aos indicadores internos analisados, pode-se verificar que a categoria mais evidenciada pelas empresas foi a relacionada à composição dos recursos humanos, demonstrando assim preocupação das empresas quanto aos aspectos sociais de seu capital humano, porém nota-se que a evidenciação de tais indicadores não é apresentada de forma completa pela amostra do estudo, demonstrando baixa aderência à NBC T 15 pela mesma.

Nesse contexto, as empresas que mais se destacaram quanto à evidenciação de tais indicadores foram a Engie S/A e EDP S/A.

#### 4.2 INDICADORES EXTERNOS

O objetivo dessa seção é apresentar a evidenciação dos indicadores externos relacionados às informações socioambientais. O Quadro 7 apresenta as informações relacionadas aos totais de investimentos realizados pelas empresas, no que tange à interação com a comunidade. Analisou-se se as referidas informações foram evidenciadas pelas empresas que constituem este estudo e, para isso, atribuiu-se (Sim) para as informações divulgadas e (Não) para as informações não divulgadas.

**Quadro 7 - Interação com a comunidade - Totais de investimentos**

Item	Empresa								Aderência ao item (%)
	M. Dias	Brf	Light	Duratex	Engie	Edp	Eco Rodovias	Ccr	
Educação, exceto ambiental	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	62,5
Cultura	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	62,5
Saúde e Saneamento	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	50
Esporte e Lazer	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	62,5
Alimentação	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,5
<b>Total de aderência (%)</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

Nota-se, no Quadro 7, que o item relacionado aos totais de investimentos em “educação, exceto ambiental” foi apresentado pelas empresas M. Dias Branco S/A, Duratex S/A, Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias S/A e obteve 62,5% em relação ao seu nível de aderência. Já o item que trata dos totais de investimentos em “cultura” foi divulgado pelas empresas M. Dias Branco S/A, Light S/A, Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias S/A, e obteve quanto ao seu nível de aderência 62,5%.

Quanto ao item total de investimentos em “esporte e lazer”, o mesmo foi evidenciado pelas empresas M. Dias Branco S/A, Light S/A, Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias S/A, e obteve 62,5% quanto ao seu nível de aderência.

Constatou-se que a empresa que obteve o melhor nível de divulgação foi a M. Dias Branco S/A com 100% de aderência aos itens analisados. Ainda, ressalta-se que as empresas BRF S/A e CCR S/A não apresentaram informações quanto à interação com a comunidade.

No estudo de Dias et al. (2014), as informações relacionadas à interação com a comunidade se mantiveram de forma elevada quanto ao volume de informações, corroborando assim com os resultados encontrados nesse presente estudo.

O Quadro 8 evidencia a interação com clientes. Foi considerado se a empresa, objeto do estudo, evidenciou a informação. Para isso, atribuiu-se (Sim) para as informações evidenciadas e (Não) para as informações não evidenciadas.

**Quadro 8 – Interação com clientes**

Item	Empresa								Aderência ao item (%)
	M. Dias	Brf	Light	Duratex	Engie	Edp	Eco Rodovias	Ccr	
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	<b>62,5</b>
Número de reclamações recebidas através de órgãos de proteção e defesa do consumidor	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	<b>12,5</b>
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	<b>25</b>
Número de reclamações atendidas em cada instância	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	<b>0</b>
Montante de multas pagas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	<b>12,5</b>
Ações empreendidas para sanar ou minimizar as causas das reclamações	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	<b>62,5</b>
<b>Total de aderência (%)</b>	<b>16,66</b>	<b>16,66</b>	<b>16,66</b>	<b>16,66</b>	<b>33,33</b>	<b>66,67</b>	<b>50</b>	<b>16,66</b>	-

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

No Quadro 8, é possível observar que o item “número de reclamações recebidas diretamente na entidade” foi apresentado pelas empresas M. Dias Branco S/A, BRF S/A, Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias S/A. O mesmo obteve 62,5% de aderência.

Quanto ao item “ações empreendidas para sanar ou minimizar as causas das reclamações”, nota-se que o mesmo foi divulgado pelas empresas Light S/A, Duratex S/A, EDP S/A, EcoRodovias S/A e CCR S/A e obteve 62,5% de aderência.

O item “montante de multas pagas” foi evidenciado apenas pela empresa EcoRodovias, obteve 12,5% de aderência.

Em relação ao item “número de reclamações atendidas em cada instância”, verificou-se que nenhuma das empresas analisadas apresentaram a referida informação.



Verificou-se que a empresa que obteve o melhor nível de evidenciação foi a EDP S/A, com 66,67% de aderência aos itens analisados, seguida da EcoRodovias com 50% de aderência.

O Quadro 9 apresenta as informações relacionadas à interação com o Meio Ambiente. Analisou-se se as referidas informações foram evidenciadas pelas empresas que constituem este estudo. Para isso, atribuiu-se (Sim) para as informações divulgadas e (Não) para as informações não divulgadas.

**Quadro 9 – Interação com o Meio Ambiente**

Item	Empresa								Aderência ao item (%)
	M. Dias	Brf	Light	Duratex	Engie	Edp	Eco Rodovias	Ccr	
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	62,5
Investimentos e gastos com manutenção com a preservação e/ ou recuperação de ambientes	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	37,5
Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados autônomos e terceirizados	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	37,5
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	25
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	25
Quantidade de processos ambientais	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	50
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	12,5
Passivos e contingências ambientais	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	12,5
<b>Total de aderência (%)</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>87,5</b>	<b>62,5</b>	<b>50</b>	<b>12,5</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2018).

Como pode ser observado no Quadro 9, o item relacionado aos “investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente” foi

evidenciado pelas empresas M. Dias Branco S/A, Duratex S/A, Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias S/A. O mesmo obteve, quanto ao seu nível de aderência, o percentual de 62,5%, ao passo que, no estudo de Mello, Hollnagel e Cei (2016), o referido item teve evidenciação de 68,1%, o que demonstra uma leve queda no nível de aderência por parte das empresas à NBC T 15.

O item relacionado à quantidade de processos ambientais foi divulgado pelas empresas M. Dias Branco S/A, Engie S/A, EDP S/A e CCR S/A e teve, quanto à sua aderência, o percentual de 50%.

O item relacionado ao “valor de multas e das indenizações relativas à matéria ambiental” foi evidenciado somente pela EDP S/A e obteve aderência de 12,5%. Já o item “passivos e contingências ambientais” foi apresentado apenas pela Engie S/A e obteve 12,5% quanto ao seu grau de aderência.

Verificou-se que a empresa que teve o melhor nível de divulgação foi a Engie S/A, com 87,5% de aderência aos itens analisados. Observa-se ainda que as empresas BRF S/A e Light S/A não evidenciaram informações quanto à categoria interação com o Meio Ambiente.

Com relação aos indicadores externos analisados, pode-se verificar que a categoria mais evidenciada pelas empresas foi a relacionada à interação com a comunidade, o que demonstra preocupação quanto às questões sociais. Acrescenta-se que a evidenciação de tais indicadores não aconteceu de forma completa por todas as empresas que compõem a amostra deste estudo, demonstrando baixa aderência à NBC T 15 pelas mesmas.

Ante o exposto, conclui-se que as empresas que mais se destacaram quanto à evidenciação de tais indicadores foram a Engie S/A, EDP S/A e EcoRodovias.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo procurou verificar as informações socioambientais divulgadas no ano de 2016, de acordo com a norma NBC T 15, nos relatórios de sustentabilidade das empresas dos setores de alimentos, energia elétrica, madeira e transportes, listadas no segmento de Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Para alcançar os seus fins, foram analisados, por meio da técnica de análise de conteúdo, os relatórios de sustentabilidades das 8 empresas pertencentes à amostra.

A partir da análise de conteúdo realizada em relatórios de sustentabilidade, verificando sua conformidade perante as diretrizes da NBC T 15, o presente estudo identificou alguns resultados destacáveis. Apenas 25% das organizações que formam a amostra (M. Dias Branco

S/A e EDP S/A) apresentaram indicadores internos referentes à categoria geração e distribuição de riqueza. O item mais evidenciado, o qual alcançou uma aderência de 62,5%, corresponde a “gastos com capacitação e desenvolvimento profissional”, item relacionado à categoria remuneração e benefícios concedidos. Outros itens que apresentaram alto nível de aderência foram os relacionados à categoria composição dos Recursos Humanos, sendo “total de empregados no fim do exercício” (100%), “total de estagiários no fim do exercício” (75%), “total de empregados terceirizados” (75%), “total de empregados terceirizados por sexo (75%)” e “total de admissões” (62,5%).

Quanto aos resultados encontrados relativos aos indicadores externos, pode-se evidenciar que os itens mais evidenciados pelas empresas, quanto ao nível de aderência, foram “educação, exceto ambiental” (62,5%), “cultura” (62,5%) e “esporte e lazer” (62,5%), itens relacionados à categoria interação com a comunidade – totais de investimentos. Outros itens merecem destaque, quanto ao nível de aderência, tais como: “número de reclamações atendidas diretamente pela entidade” e “ações empreendidas para sanar ou minimizar as causas das reclamações”, que tiveram aderência de (62,5%), e o item “investimentos e gastos com a manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente” pertinente à categoria interação com o Meio Ambiente, que obteve aderência de (62,5%).

Considerando o exposto, verifica-se que as empresas que mais se destacaram quanto à evidenciação das questões socioambientais foram a Engie S/A e a EDP Brasil S/A. Notou-se que as mesmas demonstraram maior preocupação com a apresentação de tais questões aos seus *stakeholders* e à sociedade em geral, agindo de forma transparente e responsável quanto à preservação ambiental e ao estabelecimento de políticas de responsabilidade social. As categorias mais evidenciadas pelas empresas foram as de “composição dos recursos humanos” e “interação com a comunidade” já as menos evidenciadas foram as de “geração e distribuição de riqueza” e “ações trabalhistas”.

Embora a norma esteja em vigor há quatorze anos, foi possível evidenciar que as empresas não estão seguindo de maneira uniforme as diretrizes estabelecidas. Foram identificadas como maior limitação do estudo a incomparabilidade existente nos relatórios de sustentabilidade e a falta de obrigatoriedade da divulgação das informações socioambientais, as quais contribuíram para que informações importantes não fossem evidenciadas, fazendo com que os usuários passem a não confiar nas informações que lhe são evidenciadas, portanto o baixo nível de aderência à NBC T 15 pela amostra dessa pesquisa confirma os resultados encontrados no estudo de Soares e Santos (2016). Para futuras pesquisas, sugere-se que seja

estudada a aderência da NBC T 15 por outras empresas pertencentes a setores de alto impacto ambiental listadas na B3.

## REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAUJO, G. J. F; CARVALHO, C. M.; CASTRO, V. A importância da prática da sustentabilidade e de seus indicadores para implementação e consolidação de vantagem competitivas nas organizações empresariais. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S.l.], v. 9, n. 10, p. 01-09, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGER, F. G. Responsabilidade corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. (Org.). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: Senac, 2006. p. 13-40.

CHANDLER, D.; WERTHER JR., W. B. **Strategic corporate social responsibility: stakeholders, globalization, and sustainable value creation**. 3. rd. Thousand Oaks: Sage, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 00 (R1) estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2018

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Brasília, DF, 2004. Disponível em:<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc)>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CORRÊA, R. et al. Evolução dos níveis de aplicação de relatório de sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 25-40, jul./dez. 2012.

COSTA, C. A. G. **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

DEGENHART, L. **Avaliação do grau de evidenciação dos impactos ambientais em relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais de empresas brasileiras**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, C. P. et al. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Floriano, v. 1, n. 1, p. 100-118, jan./jun. 2014.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R. S. Análise da evidenciação de informações socioambientais por empresas do segmento de papel e celulose no Brasil, a partir da NBC T-15. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Associação Brasileira de Custos, 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1008/1008>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável – inclui certificados de carbono. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAS, D. P. S; OLEIRO, W. N. Contabilidade ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Reunir**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 65-81, set./dez. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **About GRI**. [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

GLOBAL REPORTING INIATIVE - GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. [S.l.], 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-G3-Brazilian-Portuguese-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GLOBAL REPORTING INIATIVE - GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2018.

GLOBAL REPORTING INIATIVE - GRI. **Diretrizes para relato de sustentabilidade**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Gloss%C3%A1rio-2017.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **O instituto**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos/#.WwSi8-4vzcs>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. Evidenciação ambiental segundo a NBC T 15: uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (Redeca)**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 93-109, jul./dez. 2016.

MORAES FILHO, R. A. Sociedade e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.

MUSSOI, A.; VAN BELLEN, H. M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n.9, p. 55-78, maio/ago. 2010.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, C. M. **Entre tradições e inovações: percepções e práticas de responsabilidade social empresarial**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

PIRES, C. B; SILVEIRA, F. C. S. A evolução das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. **Contexto**, Porto Alegre, v. 8, n. 13, p. 1-32, jan./jun. 2008.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 76-97.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSA, F. S et al. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 157-166, jan./mar. 2011

ROVER, S.; BORBA, J. A; MURCIA, F. D. R. Características do *disclosure* ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Revista de Economia e Gestão**, Marau, v. 7, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2009.

SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2012.

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental**: implantação objetiva e econômica. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, P. A.; SANTOS, G. C. Evidenciação de informações de natureza social e ambiental de acordo com a NBC T 15 no setor de papel e celulose das empresas listadas na BM&FBovespa. In: ENCONTRO DE GESTÃO E NEGÓCIOS, 2016, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia: EGEN, 2016. p. 1-16.

SOUZA, E. G.; BUENO, J. M.; ALVES, M. B. F. A evolução dos relatórios de sustentabilidade: uma avaliação em quatro empresas brasileiras do ramo de energia elétrica. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, v. 10, n. 13, p. 45-70, jan./jun. 2013.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contábeis e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.